



O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

Elaine Samora Carvalho e França Antunes, Patrícia Bispo De Araújo.

Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”- Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Marília –SP
elaineantunes.aee@gmail.com, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul- UEMS patybatex@gmail.com,

GT.14 – Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Inclusão Comunicação Oral

Resumo: O processo de ensino e aprendizagem deve ser construído com base no contexto escolar e social, de maneira a provocar e possibilitar o desenvolvimento pleno dos alunos, possibilitando a apreensão de novas informações e, conseqüentemente, a construção de conhecimentos. No caso do oferecimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para alunos com deficiência intelectual (DI), o professor deve assumir o papel de mediador do processo de ensino e aprendizagem, apresentando os conteúdos de maneira significativa; relacionando-o com o meio ambiente, com a cultura e suas peculiaridades. Neste caminhar o presente estudo tem como objetivo analisar em que medida o processo de ensino e aprendizagem, quando bem planejado, pode promover o desenvolvimento de habilidades, hábitos e atitudes dos alunos com DI. Verificamos que a EJA, quando oferecida às pessoas com deficiência intelectual (DI) por meio de um processo de ensino e aprendizagem adequado mostra-se como um espaço de construção da cidadania, que valoriza os saberes trazidos pelos referidos sujeitos, constituídos ao longo de suas histórias, privilegiando os seus reais interesses.

Palavras chave: Ensino e aprendizagem. Deficiência Intelectual. Educação de Jovens e Adultos.

1. Introdução

A ideia de garantir educação de qualidade para todos, por meio de um eficiente processo de ensino e aprendizagem, em especial na Educação de Jovens e Adultos (EJA), é um grande desafio para os sistemas de ensino. Isto porque a EJA sempre foi respaldada por uma política compensatória, sendo uma alternativa de inclusão escolar para aquelas pessoas que apresentam pouca ou quase nenhuma escolaridade. Ou seja, esta modalidade de ensino foi constituída para retificar o processo histórico brasileiro de exclusão da escolarização básica.



Há de se destacar que esta modalidade de ensino, por si só, requer algumas especificidades do trabalho docente, visto que a distorção série/idade é a principal característica dos sujeitos que dela fazem parte. E quando oferecida para alunos com deficiência, as especificidades são ainda mais complexas.

No caso dos alunos com deficiência, especialmente a intelectual, além de precisarem superar a distorção série/idade presente na EJA, ainda precisarão de um processo de ensino e aprendizagem diferenciado, que garanta aos mesmos enfrentar as inúmeras limitações que apresentam.

Os alunos com deficiência fazem parte da Educação Especial, a qual é considerada:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realizando o atendimento educacional especializado, disponibilizando os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2008).

De acordo com Ferreira (2009) os jovens e adultos com deficiência e que fazem parte da educação especial, constituem uma grande parcela da população analfabeta do mundo, em virtude da ausência de oportunidades de acesso à educação escolar na idade apropriada, exigindo por este motivo um olhar aprimorado por parte dos órgãos públicos.

Assim, a EJA quando oferecida as pessoas com deficiência intelectual (DI), mostra-se como um espaço de construção da cidadania, que deve ser realizado por meio de um processo de ensino e aprendizagem que valorize os saberes trazidos pelos referidos sujeitos, constituídos ao longo de suas histórias, privilegiando os seus reais interesses.

Gonçalves e Meletti (2011) apontam aspectos importantes sobre a escolarização de alunos com deficiência na EJA, tais como o aumento das matrículas da pessoa com deficiência nesta modalidade de ensino; a preparação alienada destes sujeitos para o mercado de trabalho e ausência de diretrizes claras e propostas pedagógicas consistentes. E por isto, destaca a necessidade dos professores compreenderem e refletirem sobre o processo de ensino aprendizagem a ser oferecido a estes alunos.



Para o autor, cabe ao professor desempenhar o papel de articulador de um processo de ensino e aprendizagem realmente significativo para os alunos com DI, buscando recursos e estratégias realmente adequadas e que os motive para a aprendizagem.

2. Desenvolvimento

2.1 O processo de ensino e aprendizagem

Ao questionarmos a educação escolar faz-se necessário, em um primeiro momento, compreender que a mesma não está à margem dos demais contextos da sociedade. Sabe-se que a compreensão dos processos educativos, de maneira crítica e sistemática, exige o reconhecimento das relações existentes entre educação, sociedade e teorias pedagógicas.

Dessa forma, os processos educativos contemporâneos existentes no contexto atual, são produtos de transformações econômicas, políticas, científicas e tecnológicas, ocorridas ao longo dos tempos. Assim, a educação enquanto uma expressão e resposta a essas transformações, precisa ser analisada a partir de um movimento histórico, pois muito do que se faz hoje nas escolas tem origem em teorias pedagógicas clássicas, algumas inclusive desconhecidas pelos próprios educadores (LIBÂNEO, 2006).

Os momentos históricos promoveram mudanças no processo de ensino e aprendizagem. Assim, observamos pesquisadores como Paulo Freire (1921-1997), Jean Piaget (1896-1980), Vygotsky (1896-1934), entre outros, que criaram teorias a partir dos pressupostos presentes nas necessidades sociais e educacionais dos contextos em que atuavam e, que em alguns casos, gostariam de modificar (LIBÂNEO, 2006).

Assim, os métodos/teorias que norteiam o processo de ensino e de aprendizagem, são expressões educacionais e, ao mesmo tempo uma resposta pedagógica às necessidades de apropriação sistematizada do conhecimento científico em um dado momento histórico, representando um processo dialético de produção do conhecimento (LIBÂNEO, 2006).

No caso do trabalho da EJA junto aos alunos com DI, devemos pensar num processo de ensino e aprendizagem que de fato seja eficaz e ativo, propiciando situações de aprendizagem diferenciadas, onde o aluno possa aprender de maneira eficiente os conteúdos culturais

sistematizados pela humanidade, bem como os valores, comportamentos e ações úteis à sociedade em que vivem.

Este trabalho educacional deve transcender os muros da escola, tornando-se uma prática educativa que alcance o “contexto social do aprendiz”, proporcionando-lhes condições de desenvolver as capacidades de criar, de progredir, e de se modificar. (LIBÂNEO, 2005).

Vygotsky (1991, p. 372) salienta que “[...] cada pessoa é em maior ou menor grau o modelo de sociedade, ou melhor, da classe a que pertence, já que nela se reflete a totalidade das relações sociais”. Nesta perspectiva, torna-se necessário que o professor promova mediações entre o aluno com DI e o mundo, possibilitando o desenvolvimento das características necessárias para que o mesmo possa exercer plenamente sua cidadania.

Também é fundamental que o professor que atua na EJA junto aos alunos com DI compreenda o aluno em suas peculiaridades, oferecendo-lhe um processo de ensino e aprendizagem que respeite o seu desenvolvimento. Isto porque os alunos com DI necessitam de credibilidade e que confiemos em seus potenciais. Quando mais estimulados e incentivados, mais irão aprender, surpreendendo-nos com suas capacidades.

Para Velásquez (2001) o processo de ensino e aprendizagem deve mostrar a maneira pela qual os valores, comportamentos e conhecimentos são alcançados ou alterados, como produto de formação e experiências dos alunos. Esta relação pode ser examinada de diferentes maneiras, levando-se em consideração diversas teorias de aprendizagem.

O professor deve considerar as preferências do aluno com DI, criando estratégias de ensino que podem ser individual ou de trabalho em grupo, proporcionando-lhe uma melhor interação, participação e desenvolvimento nas atividades propostas, possibilitando-lhe o acesso ao conhecimento por diferentes meios. As diferenças de ideias, opiniões, níveis de compreensão enriquecem o processo e é diante dessa perspectiva desafiadora que alunos com a DI aprendem melhor (CALDEIRA, 2010).

Vygotsky (1991, p. 55) ressalta que “O aprendizado é mais do que a aquisição de capacidade para pensar; é a aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas.”.

Neste sentido, uma educação intencionalmente organizada a fim de provocar experiências novas e a formação de novos conhecimentos, só é possível quando, ao mesmo tempo, se valoriza e

motiva a capacidade de aprender do aluno, reconhecendo seu saber prévio e respeitando as formas pelas quais o jovem ou adulto com DI se relacionam com o mundo.

Considerações Finais

Por muito tempo as pessoas com deficiência foram excluídas de diversos segmentos sociais, entre eles do ambiente escolar e, conseqüente, do mercado de trabalho.

O processo de inclusão é algo dinâmico e que ainda se encontra em construção, por isso a baixa escolaridade das pessoas com deficiência, especialmente a DI, é uma problemática de cunho coletivo e requer aplicação de medidas envolvendo diferentes agentes sociais, tais como instituições de formação, sociedade e governo.

Portanto, é preciso uma mudança cultural na forma de compreender a inclusão das pessoas com DI, seja nas escolas, no mercado de trabalhos ou em outros ambientes sociais.

Embora o Brasil tenha avançado neste campo nas últimas décadas, ainda há muito para ser feito, especialmente em relação às práticas pedagógicas a serem implementadas.

Garantir o direito a um processo de ensino e aprendizagem eficiente para a pessoa com DI implica em diversas questões, entre elas que o professor respeite aos seus conhecimentos prévios, as suas peculiaridades e capacidades. Muitas especificidades têm de ser consideradas, fomentando práticas bem planejadas, pois vencer a exclusão pressupõe organizar ações realmente significativas e que possam ir ao encontro dos interesses dos alunos com DI.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica. Brasília, MEC/SEESP, 2008.

CALDEIRA, Lucinete de Fátima Menegassi. CAVALARI, Nilton. **Dificuldade de aprendizagem dos alunos com deficiência. intelectual.** Caderno Multidisciplinar de Pós Graduação da UCP, Pitanga, V. 1, nº4, p. 38-47, abril de 2010.

LIBANEO, José C. **Democratização da Escola Pública, a pedagogia crítica dos conteúdos.** São Paulo Loyola, 19ª ed. 2005.

VELÁSQUEZ, F. R., **Enfoques sobre el aprendizaje humano.** Venezuela, 2001.

VYGOTSKY, LEV S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 4ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.